

# EDUCAÇÃO E CIDADANIA: OFICINAS DE DIREITOS HUMANOS COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA ESCOLA

Autores:

FIGUEIREDO<sup>1</sup>, Maria do Amparo Caetano de  
LIMA<sup>2</sup>, Luana Rodrigues de  
LIMA<sup>3</sup>, Thalita Silva  
Centro de Educação/ Departamento de Habilitações Pedagógicas - PROBEX

## RESUMO

Este trabalho relata a atuação no projeto de extensão- PROBEX/PRAC da UFPB: **Educação e Cidadania: Oficinas de Direitos Humanos com Crianças e Adolescentes na Escola**, realizado em parceria com a Escola Municipal Augusto dos Anjos, sendo desenvolvido também de forma articulada com o GT Direitos Humanos, Criança e Adolescente do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH) da UFPB. O mesmo tem como objetivo apresentar as experiências de intervenção com os alunos do quinto ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Augusto dos Anjos, no ano de 2012, através de oficinas pedagógicas de formação e comunicação, na perspectiva de favorecer o desenvolvimento da cidadania de crianças e adolescentes. Esse trabalho de extensão fundamenta-se na perspectiva teórico metodológica da formação de uma “cidadania ativa”, entendida como uma estratégia pedagógica e política de luta pelo reconhecimento de direitos e garantias individuais e coletivas, vinculada de forma orgânica aos interesses e necessidades dos setores majoritários da sociedade. A experiência no projeto de extensão possibilitou o nosso amadurecimento humano e, sobretudo profissional e intelectual, visto que a articulação entre os diversos saberes – escola, comunidade, universidade, é fundamental para compreensão e contribuição para a efetivação dos múltiplos direitos das crianças e dos adolescentes e de suas famílias.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação, Direitos Humanos, Criança e Adolescente

## INTRODUÇÃO

O Projeto: Educação e Cidadania: Oficinas de Direitos Humanos com Crianças e Adolescentes na Escola originou-se da necessidade de garantir a efetivação dos direitos para a infância e adolescência respaldada pela legislação brasileira: Constituição Federal(1988),

---

<sup>1</sup> Profa. Dra. do Departamento de Habilitações Pedagógicas – Centro de Educação – UFPB. Coordenadora do Projeto. E-mail: mariadoamparoc@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Graduada da Universidade Federal da Paraíba do curso de Pedagogia - Bolsista do Projeto. E-mail: luhrl@hotmail.com

<sup>3</sup> Graduanda da Universidade Federal da Paraíba do curso de Pedagogia - Extensionista colaboradora do Projeto. E-mail: thalitalima.ufpb@hotmail.com

Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA(1990), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –LDB(1996), assim como da necessidade do trabalho no âmbito da escola pública no município de João Pessoa, através de oficinas e estudos realizados durante o período de tempo estipulado do projeto.

Nessa perspectiva, foram desenvolvidas oficinas pedagógicas em Direitos Humanos especialmente sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, pois têm um caráter de formação e cidadania desenvolvido em parceria com a escola, objetivando a garantia dos direitos básicos da criança e do adolescente. Tendo como objetivo geral: criar condições para o desenvolvimento sócio educacional de crianças e adolescentes na Instituição de ensino no sentido de desenvolver ações complementares à escola, à família e à comunidade.

Nesse cenário, torna-se indispensável trabalhar o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) nas escolas públicas, pois o mesmo é um importante instrumento de luta e inclusão social, a partir de estudos, reflexões, ações políticas e pedagógicas. Sendo assim, a comunidade escolar deve ter conhecimento, uma vez que as crianças e adolescentes devem estar cientes que existe uma legislação que defende seus direitos e os ver como pessoas em desenvolvimento, sujeitos de direitos. A metodologia desenvolvida por este projeto se inscreve como criadora das condições lúdicas para que o fazer educativo ocorra num espaço de ação, reflexão e debate sobre a vida cotidiana e os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes.

## **REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA ESCOLA**

A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA (Lei 8.069/90) consolidou uma grande conquista da sociedade brasileira: a produção de um documento de direitos humanos que tem em vista assegurar a todas as crianças e adolescentes as condições básicas de sobrevivência, a integridade física, psicológica, moral e o desenvolvimento pessoal e social.

Alguns avanços foram dados dentro da perspectiva da garantia de direitos sociais para as crianças e adolescentes, todavia são muitos ainda os desafios postos para os diversos setores da sociedade. Um dos maiores é ainda o desconhecimento da Lei por profissionais de diversas áreas: Saúde, Educação, Direito, Segurança, Justiça, Assistência Social, entre outros. Na perspectiva de superar esta problemática no setor educacional, em 2007 foi aprovada uma

lei que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), determinando a inclusão obrigatória, no currículo do Ensino Fundamental, de conteúdos que abordem os direitos das crianças e dos adolescentes. Nesse caso, o Estatuto deverá constituir em um tema transversal que poderá ser debatido em diversas disciplinas. Desse modo, essa conquista apresenta o desafio de implementar o debate sobre os direitos das crianças e dos adolescentes nos cursos de formação de educadores, sobretudo para atuarem no âmbito do ensino fundamental.

O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado. (Incluído pela Lei nº 11.525, de 2007). (Art. 32. 5º da LDB).

Dessa forma, este Projeto foi idealizado e aplicado na perspectiva de atender a esta demanda do debate sobre o ECA na escola, através das oficinas pedagógicas, ações em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Na realidade, sabemos que a efetivação dos direitos humanos, principalmente os direitos das crianças e dos adolescentes é um desafio permanente na sociedade excludente e desigual em que vivemos. No entanto, diante conhecimento, envolvimento, e fazer coletivo dos educadores e das crianças e adolescentes, onde todos trabalham juntos em busca de um mesmo objetivo, teremos perspectiva de garantia da efetivação de direitos que venham assegurar a infância brasileira uma vida digna.

Desta maneira, durante todo o período de execução do projeto, buscamos desenvolver estudos, experiências educativas e sociais, na perspectiva de articular a teoria e a prática, contribuindo para a produção de novos conhecimentos sobre os Direitos Humanos e os Direitos das Crianças e dos Adolescentes, efetivando a articulação entre Universidade e Escola, possibilitando aos discentes da UFPB uma formação que vai além do ensino, principalmente, considerando que a formação do educador não se limita as atividades de sala de aula, todavia supõe a imprescindível articulação às atividades de extensão e pesquisa. Pois, através do trabalho de extensão, os discentes da graduação se deparam com questões, problemas que demandam dos mesmos uma análise, estudos, e conhecimentos aprofundados, na perspectiva da investigação científica, assim como preparo e competência técnica, política e pedagógica para intervenção social e educacional qualificada.

## **METODOLOGIA**

Esse trabalho de extensão fundamenta-se na perspectiva teórico metodológica da formação de uma “cidadania ativa”, entendida como uma estratégia pedagógica e política de luta pelo reconhecimento de direitos e garantias individuais e coletivas, vinculada de forma orgânica aos interesses e necessidades dos setores majoritários da sociedade. O trabalho é efetivado através da metodologia de oficinas pedagógicas. A oficina é um meio utilizado para que o grupo amplie seu conhecimento pessoal, expresse sentimentos, compartilhe ideias, experiências, saberes. Conforme coloca Freire(1988), ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Nesse sentido, as oficinas são realizadas através de dinâmicas de grupos que possibilitam o surgimento das condições propícias para a constituição do grupo e do processo de construção da cidadania ativa dos sujeitos envolvidos.

Nas oficinas, as crianças e os adolescentes são estimulados a expressarem-se de várias formas: dramatizando, brincando, desenhando, pintando, cantando, escrevendo e contando suas histórias. Portanto, a metodologia desenvolvida por este projeto está fundamentada na prática participativa, democrática e criadora das condições políticas e pedagógicas em que o fazer educativo ocorra num espaço de ação, reflexão e debate sobre a vida cotidiana e os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes.

## **RESULTADOS**

Os objetivos do projeto na sua maioria foram alcançados, uma vez que verificou-se uma grande participação das crianças e dos adolescentes nas oficinas pedagógicas desenvolvidas na Escola Augusto dos Anjos. Foram realizadas oficinas que abordaram temas do dia-a-dia e sobre os direitos das crianças e dos adolescentes: direito à vida, à saúde, à educação, entre outros, como também, foram produzidos estudos e artigos em torno da problemática das crianças e dos adolescentes e sobre a defesa e efetivação dos seus direitos.

Este trabalho possibilitou a implementação de processos de formação das crianças e adolescentes envolvidos, tendo por base uma cultura que conhece, considera, respeita, cuida, defende e luta pela efetivação dos seus direitos. Portanto, a metodologia da oficina pedagógica possibilitou aos alunos uma participação ativa, sempre indagando, fazendo perguntas, levantando questões, compartilhando vivências, nossa intenção era de aguçar a

curiosidades dos educandos, para juntos conseguirmos construir consciência dos direitos que cada cidadão possui e da importância de fazer valer esses direitos na vida cotidiana.

Abordamos especificamente o ECA, quais os seus propósitos, tendo em vista a participação e cumplicidade de cada aluno para que juntos construíssemos os conceitos básicos de cidadania. Foram também realizadas reuniões semanais para avaliarmos o desenvolvimento das oficinas, para assim podermos rever a metodologia utilizada e aperfeiçoá-la de maneira tal que as próximas oficinas fossem mais significativas e criativas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da realidade encontrada na escola em que atuamos, percebemos que trabalhar o Estatuto da Criança e Adolescente na escola é algo imprescindível, pois para que ocorra de fato a garantia dos direitos da criança e do adolescente, faz-se necessário a conscientização dos mesmos, no que diz respeito aos seus direitos. O ECA é um valioso instrumento de apoio político e pedagógico tendo como função assegurar proteção integral a crianças e adolescentes na perspectiva de assegurar um futuro melhor para as crianças e os adolescentes, constituindo-se cidadãos críticos e ativos, contribuindo na consolidação de um mundo melhor.

Enfim, é válido salientar a importância do projeto, uma vez que estamos cooperando para o conhecimento e formação das crianças e adolescentes, como também na mobilização e na luta para efetivação dos direitos dos mesmos. Portanto, a experiência no projeto de extensão possibilitou o desenvolvimento das nossas capacidades políticas, pedagógicas, favorecendo nosso crescimento humano e profissional, visto que foi possível desenvolver ações que contribuam para a efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8069/9, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei nº 9.394/96- **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1997. (atualizada)

BRASIL. Ministério de Educação. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH)**. Brasília, 2003.